



# **Câmara dos Deputados - Comissão de Defesa do Consumidor**

## **Audiência Pública: Modelo de Negócio das Moedas Virtuais**

**Brasília, 18.11.2015**

# Tipos de moedas

Ativo	Substitutos potenciais das moedas físicas	Moeda (tradicional) - Reais (R\$) - Regulamentada				Substitutos potenciais das moedas tradicionais não denominados em reais - Objeto da Lei nº 12.865/2013 - Ainda não regulamentados	
	Mercadorias ou Objetos	Dinheiro (cédulas e moedas)	Depósito no Banco Central	Depósito nos bancos comerciais	Moedas eletrônicas	Moedas eletrônicas virtuais (ou digitais)	
						Emissão Centralizada (ex.: jogos, redes sociais, programas fidelidade)	Emissão descentralizada ou automática (ex.: criptomoedas)
	Moeda física		Moeda não-física				

# Tipos de moedas

Ativo	Substitutos potenciais das moedas físicas	Moeda (tradicional) - Reais (R\$) - Regulamentada				Substitutos potenciais das moedas tradicionais não denominados em reais - Objeto da Lei nº 12.865/2013 - Ainda não regulamentados	
	Mercadorias ou Objetos	Dinheiro (cédulas e moedas)	Depósito no Banco Central	Depósito nos bancos comerciais	Moedas eletrônicas	Moedas eletrônicas virtuais (ou digitais)	
						Emissão Centralizada (ex.: jogos, redes sociais, programas fidelidade)	Emissão descentralizada ou automática (ex.: criptomoedas)
	Moeda física	Moeda não-física					

# Comunicado nº 25.306/2014

---

## Moedas virtuais

- “No Brasil, embora o uso das chamadas moedas virtuais ainda não se tenha mostrado capaz de oferecer riscos ao Sistema Financeiro Nacional, particularmente às transações de pagamentos de varejo (art. 6º, § 4º, da Lei nº 12.865/2013), o Banco Central está acompanhando a evolução da utilização de tais instrumentos e as discussões nos foros internacionais sobre a matéria – em especial sobre sua natureza, propriedade e funcionamento –, para fins de adoção de eventuais medidas no âmbito de sua competência legal, se for o caso”
- Lei nº 12.865/2013, art. 6º, § 4º: “Não são alcançados por esta Lei os arranjos de pagamento em que o volume, a abrangência e a natureza dos negócios, a serem definidos pelo Banco Central do Brasil, conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, não forem capazes de oferecer risco ao normal funcionamento das transações de pagamentos de varejo”

# Lei nº 12.865/2013

---

- atribui competência ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central do Brasil para disciplinar arranjos de pagamento, instrumentos de pagamento e moedas eletrônicas
- competência ampla:
  - podem regular, autorizar, supervisionar, adotar medidas para promover competição, inclusão financeira e transparência, bem como disciplinar os produtos e os serviços
  - podem inclusive estabelecer a abrangência da própria regulação
- moeda eletrônica: recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento
  - regulamentação:
    - Resolução nº 4.282/2013 e Circulares nºs 3.680, 3.681, 3.682 e 3.683, de 2013, e nºs 3.704, 3.705, 3.721, 3.727 e 3.735, de 2014

# Medidas vigentes – Resolução nº 3.919/2010

---

## Cartão de crédito

→ classificação dos cartões em duas categorias:

### I - básico:

- fornecimento obrigatório
- usado exclusivamente para pagamentos de bens e serviços (função clássica)
- anuidade inferior a de outros cartões de crédito

### II - diferenciado:

- além de pagamentos, está associado a programas de benefício e/ou recompensas
- benefícios e/ou recompensas devem ser listados nos contratos e divulgados nos recintos das suas dependências e na internet

# Medidas vigentes – Resolução nº 3.919/2010

---

## Cartão de crédito diferenciado

- os benefícios e/ou recompensas devem ser divulgados em tabela específica, em local e formato visíveis ao público no recinto das suas dependências, bem como nos respectivos sítios eletrônicos na internet
- os benefícios e/ou recompensas devem ser agrupados em dois quadros, um por proprietário do esquema de pagamento (bandeira) e outro por valor da tarifa de anuidade diferenciada em ordem crescente
- os benefícios e/ou recompensas associados a cada cartão devem também ser listados no contrato e detalhados pela instituição emissora quanto à sua forma de utilização

# Riscos

---

- programas de benefícios e recompensas, caso não transparentes e adequados, podem:
- dificultar a comparação entre as opções de produtos e serviços disponíveis
  - levar a decisões não racionais dos consumidores
  - prejudicar os mecanismos de formação de preços



---

# Obrigado